

Congresso Internacional Educação e Trabalho

2 a 4 Maio de 2005 – Universidade de Aveiro

Os saberes profissionais-técnicos em associações e cooperativas agrárias

Fernando Pereira

Este capítulo resulta da entrevista com meia centena de técnicos das associações e cooperativas agrárias (ACA) da região agrária de Trás-os-Montes e Alto-Douro (Norte Interior de Portugal) e do acompanhamento do quotidiano profissional de três desses técnicos pelo período de cerca de quatro meses. Em Trás-os-Montes e Alto-Douro (TMAD), existem cerca de centena e meia de ACA e próximo das três centenas de técnicos. Os técnicos são indivíduos com formação superior, bacharéis ou licenciados, nas seguintes áreas técnico-científicas: agronomia, zootecnia (produção animal), florestal, gestão/economia agrária e enologia.

Norbert Elias critica os que partem do pressuposto de que os actores sociais actuam no vazio (ou em contextos artificialmente reconstituídos) e não em contextos próprios: “as pessoas insistem em falar como se existisse, de per si, um ‘sujeito’ de conhecimento, um ‘ser humano sem mundo’ ou um ‘entendimento sem objecto’ como unidade independente e, de outro lado, para além do abismo que os separa, como entidade igualmente independente, o mundo, que é normalmente ordenado sob as denominações de ‘ambiente’ ou ‘objectos’” (Elias, 1997: 81). Nesta linha de pensamento, o estudo da acção do profissional em contexto de trabalho exige que o investigador aceda (observação e partilha) a intervenções profissionais concretas entre os técnicos e os agricultores. O acesso (observação e partilha) de momentos de reflexão entre técnicos e, pela maioria das razões, a entrevista formal ou informal, embora úteis, são insuficientes.

Assim, depois de uma breve revisão da literatura sobre o conceito ou conceitos de conhecimento, apresentamos seis episódios da interacção profissional entre os técnicos superiores das ACA e os agricultores. A partir destes episódios identificamos um conjunto (não exaustivo) de saberes profissionais e, a partir destes, chegamos aos sentidos do uso do conhecimento e a um modelo explicativo da recontextualização do conhecimento em contexto de trabalho. Terminamos, realçando o modo como os saberes profissionais se integram no sistema de partilha de conhecimento e informação agrária, que assiste os

agricultores de TMAD na sua actividade quotidiana.

4.1. O(s) conceito(s) de conhecimento

Os conceitos de conhecimento, de saber e de informação colocam várias dificuldades de definição e classificação. Sallis e Jones (2002) e Sun (2002) sugerem a distinção entre conhecimento explícito e conhecimento implícito, a qual emana do *knowledge management* (gestão do conhecimento) nas organizações.

O conhecimento explícito surge também sob a designação de declarativo (Anderson, 1983, citado por Sun, 2002), processamento conceptual (Smolensky, 1998, citado por Sun, 2002) e pensamento analítico (Dreyfus and Dreyfus, 1987, citado por Sun 2002). Corresponde ao conceito de conhecimento abstracto, ou conhecimento-informação, definido por Caria, (2002b: 806) como: “discursos escritos de origem científico/ideológica, científico/técnica e filosófico/ideológica em cuja organização formal podemos reconhecer preocupações de generalidade, de especialização temática ou problemática, coerência interna, sistematicidade e validade no desenvolvimento dos argumentos avançados, quer escritos quer orais”. Por sua vez, o conhecimento implícito é considerado sinónimo de processual (Anderson, 1983, citado por Sun, 2002), processamento sub-conceptual (Smolensky, 1998, citado por Sun, 2002) e pensamento intuitivo (Dreyfus and Dreyfus, 1987, citado por Sun 2002), e, ainda, por conhecimento informal ou tácito (Sallis e Jones, 2002). Por conhecimento implícito, entendemos o conhecimento “endógeno” ou “local” das práticas dos agricultores (constitutivas dos sistemas de agricultura – *farming systems*), o conhecimento organizacional (rotinas, conhecimento dos estatutos, papéis e normas e respectivas margens de tolerância de desvio, relações de poder, etc.) e, ainda, o senso comum sobre os fenómenos gerais da natureza e da sociedade.

Charlot (2000: 61), na esteira de Monteil (1985), Dubet (1994) e Schlanger (1978), em alternativa à classificação do conhecimento de acordo com as suas qualidades intrínsecas, sugere que o conhecimento depende da relação particular que os sujeitos desenvolvem com o mesmo: “(...) a ideia de saber implica a ideia de sujeito, de actividade do sujeito, de relação do sujeito com ele mesmo (deve desfazer-se do dogmatismo subjectivo), de relação desse sujeito com os outros (que co-constroem, controlam, validam, partilham esse saber”. Até certo ponto esta posição é partilhada por Shön (1983: 49): “o nosso conhecimento é ordinariamente tácito, implícito nos nossos padrões de acção e no nosso sentido para aquilo com que estamos a lidar; parece correcto dizer-se que o nosso conhecimento está na nossa acção”. Esta abordagem ao uso do conhecimento como uma relação de saber, uma relação

social, adequa-se bem ao nosso objecto de estudo.

4.2. A recontextualização do conhecimento em contexto de trabalho

O estudo da recontextualização do conhecimento em contexto de trabalho encontra-se insuficientemente tratado. As Ciências da Educação fornecem reflexões teóricas aprofundadas, mas rareiam os estudos centrados no uso e recontextualização do conhecimento na prática profissional. Tão pouco se encontram disponíveis bons instrumentos metodológicos para o estudo desta problemática por esta perspectiva. Poder-se-á dizer, isso sim, que é uma problemática invocada em áreas diversas da comunidade científica, técnica e empresarial, mas quase sempre em jeito de constatação da sua ausência ou da sua inadequação face às necessidades do real. No campo agrário, embora se trate de uma questão antiga e central da extensão rural (educação de adultos, mais genericamente), a carência deste tipo de estudos é ainda mais evidente.

Em Portugal, Caria (2000, 2002a, 2003a), a partir do estudo dos professores, desenvolveu um quadro teórico do uso do conhecimento abstracto em contexto profissional, propondo uma tipologia dos estilos de uso do conhecimento, os quais são atribuídos e designados em função do recurso aos sub-saberes interpretativos-justificativos, sub-saberes técnicos-estratégicos e sentido contextual. Caria (2003a:12), define sub-saberes interpretativos-justificativos como aqueles que se exprimem através de enunciados verbais explícitos, capazes de interpretar e/ou explicar situações-problema a partir do conhecimento de regularidades (estatísticas, estruturais ou sistémicas) e de dar legitimidade à actividade de um grupo profissional particular, qualificando-o e distinguindo-o dos enunciados verbais expressos pelos não profissionais; por sua vez, continua este autor, os sub-saberes técnico-estratégicos são os que se exprimem na acção profissional e que permitem opções variadas no uso dos recursos, isto é, permitem identificar caminhos alternativos por referência a valores e, portanto, a competências específicas para manipular objectos, tecnologias e processos de carácter geral. Por último, o autor não avança uma definição de sentido contextual, mas, baseado nas contribuições sobre as (des)continuidades e coexistências da mente cultural e da mente racional-positiva de Goody (1987; 1988) e de Iturra (1990a: 1990b), admite a recontextualização do conhecimento-informação (conhecimento abstracto) na mente cultural.

Admitindo a recontextualização, aquele autor adopta a linha de Charlot (2000) e passa a usar a designação de sentido em vez de sub-saber. Finalmente, sugere que o sentido interpretativo está relacionado com o conhecimento-qualificação (ambos se referem a

enunciados verbais que explicitam legitimidades sociais) e o sentido estratégico está relacionado com o conhecimento-competência (referem-se os dois a “habilidades intelectuais para inserir ideias abstractas na acção (Caria, 2003a: 13).

Tendo como referência este quadro conceptual, redefinimos os objectivos do nosso estudo e quisemos verificar, para o grupo profissional dos técnicos das ACA, a presença ou ausência daqueles dois primeiros sentidos do uso do conhecimento e a presença ou ausência e inerente definição de sentido contextual do uso do conhecimento. Todavia, inspirados nas abordagens de extensão rural que valorizam o conhecimento do agricultor (Chambers e outros, 1989; Shaner e outros, 1982; Engel e Roling, 1991), impusemos de início uma diferença substancial na formulação do problema, concedendo ao conhecimento implícito a mesma importância que ao conhecimento abstracto. Assim, em vez de recontextualização do conhecimento abstracto, falamos, simplesmente, em recontextualização do conhecimento.

4.2.1. Episódios da intervenção profissional dos técnicos das ACA

Apresentamos de seguida seis episódios observados e/ou partilhados com alguns técnicos das ACA, a partir dos quais procuramos explicitar o processo de recontextualização do conhecimento abstracto e do conhecimento implícito em conhecimento-saber (saberes profissionais). Nestes episódios são protagonistas três técnicos de uma ACA com distintas funções nas ACA e com distinta experiência profissional. A Lídia e Lucinda, duas técnicas experientes que desenvolvem o seu trabalho lidando essencialmente com os trâmites burocrático-legais que enquadram a actividade agrária. Puga, um técnico de campo, com largos anos de experiência profissional com os produtores de bovinos de uma raça autóctone e Ruivo que desenvolve as mesmas tarefas de Puga mas é mais inexperiente.¹

Episódio 1 - “*Latinha dos Biscoitos*”

Leonardo, vestindo fato de domingo e aparentando uns 50 anos de idade, dirige-se ao balcão de atendimento de um Centro de Gestão. Apesar da simpatia e amabilidade (voz, gesto, linguagem) de Lucinda, a técnica que logo o atendeu, Leonardo mostrava-se claramente constrangido, rodando sem parar o chapéu com ambas as mãos. Depois das saudações, quando Lucinda lhe solicita os papéis, Leonardo coloca em cima do balcão uma caixinha de biscoitos de cor branca com motivos florais policromáticos e dela retira a documentação solicitada pela técnica. Momentos depois, esta estende-lhe em formulário oficial cujo título era “Pedido de Ajuda”. Este episódio, que teve a duração de cerca de dez minutos, permitiu ao investigador identificar um conjunto de símbolos (linguísticos, gestuais, físicos) trocados entre ambos e os “actores” omnipresentes (a “fragilidade” tocante Leonardo com a sua caixinha “patética” e a mensagem político-institucional, oculta mas profundamente castigadora – “pedido de ajuda”, do formulário).

¹ Para uma descrição e análise mais profunda da identidade pessoal e profissional destes técnicos e de outros técnicos de ACA, pode consultar-se Pereira (2004).

Episódio 2 - “A Boneca e os Brincos”

Dirigi-me com Puga à aldeia de Fonte da Nora à exploração do Teodoro para lhe brincarmos a Boneca (colocar as marcas auriculares de identificação), uma vaca que o criador dizia ser muito meiguinha, que havia perdido os brincos de identificação. A operação de brincagem teve lugar na loja onde o animal se encontrava, em local improvisado e claramente inadequado para o efeito. Este facto mereceu desde logo a crítica do técnico (que parecia já antecipar problemas), mas acabou por prevalecer, porque a alternativa de conduzir o animal ao tronco, situado no outro extremo da aldeia, também envolvia riscos.

Dada a forma precária como estava imobilizado, apenas preso pela cabeça e mesmo assim com alguma folga, o animal espreitava pela porta entreaberta, saía inesperadamente, tentava libertar-se da corda pela qual o Teodoro a segurava, dava umas quantas voltas e encontrões, “esmoucava-se” contra a parede, voltava para o interior da loja, e começava tudo de novo... Tive de ajudar, ficando a segurar na corda (substituindo o Teodoro mas à cautela dando dois metros de corda à cabeça do animal), enquanto o Teodoro entrou por uma janela situada nas traseiras da loja e semi-fechou a porta entalando o pescoço do animal. Esta ideia, já se vê, partiu do Teodoro... Puga esteve quase a desistir de efectuar a brincagem nesse dia e nessas condições mas cedeu, perante a insistência convicta do Teodoro. Com a cabeça do animal entalada e relativamente fixa, Puga aproximou-se encostado à parede e consegui colocar o primeiro brinco; de igual forma colocou o segundo e depois já não consegui colocar o terceiro e último brinco.

Episódio 3 - “O Cordeiro e o Ruela”.

Mesma aldeia, mesmo dia, mas já quase ao lusco-fusco. Ia-mos “a brincar” o Cordeiro do Ruela depois de visitarmos mais duas aldeias. O Cordeiro é um novilho de dois anos, magnífico, que é o orgulho do Ruela. Tinha sido aprovado para o livro de adultos e só faltava colocar-lhe os brincos de identificação respectivos. O Ruela estava eufórico. Conversou longamente connosco à porta da loja onde estavam os animais e já sonhava com os prémios do Cordeiro no próximo concurso nacional da raça M. Puga também acreditava nisso e logo o incentivou a concorrer. Ficava cada vez mais escuro e fomos “despachados” pela esposa do Ruela, que queria o trabalho aviado. Lá fomos. O Cordeiro deixou-se conduzir docilmente desde a loja até ao tronco (cerca de trezentos metros), deixou-se prender ao tronco sem dificuldade ao som confiante e orgulhoso do seu proprietário: *Ehhhh! Cordeiro bonito chega aqui, isso, bonito (...)*. Depois de preso, quando o técnico se aproximou (de lado) para lhe colocar o primeiro brinco, ainda sem o tocar, tudo mudou: o Cordeiro bufou duas vezes, enfureceu-se, libertou o corpo do interior do tronco ficando apenas preso pela cabeça e iniciou meia hora de movimentos violentos para se libertar. Valeu a coragem e a mestria do Ruela, que durante todo esse tempo foi conseguindo acalmar o animal. A esposa do Ruela, o Puga e eu, a mando do Ruela, retiramo-nos para local próximo mas mais seguro. Acudiram alguns vizinhos, mas também logo compreenderam que o melhor era deixar o Ruela e o Cordeiro a sós.

Episódio 4 - “Cinco Sacos”

Lídia recebeu Pedro Verdeal, da aldeia de Lanhelos, que veio à sede, a Malheiros, para formalizar o pedido às medidas agro-ambientais. A recepção teve lugar numa zona da sede preparada para o efeito, na qual se encontra uma mesa redonda de grandes dimensões onde está colocado um PC com ligação à Internet. Lídia sentou-se ao computador e Pedro Verdeal sentou-se bem perto. Lídia entrou no *site* do Ministério da Agricultura e fez o *download* dos formulários respectivos. Pedro Verdeal observava em silêncio, junto a si, encostado à perna, repousava um saco de plástico azul-cobalto de grandes dimensões atado por um fio também de cor azul (reciclado dos fardos de palha).

Lídia — *Então vem fazer o subsídio das terras, não é assim?*

Pedro Verdeal — *Sim, tem que ser não é, é agora ora é?*

Lídia — *O senhor trouxe os papéis todos? Então demo-los cá!*

Pedro Verdeal desatou o laço do fio azul e tirou de dentro do saco azul-cobalto uma saca de merenda ao xadrez verde e acastanhado, já com o fecho avariado; de dentro desta saiu um saco plástico de supermercado, ao qual foi preciso desatar as asas; deste saiu uma pasta de napa preta, gasta pelo uso; finalmente, desta pasta saiu uma resma de papel com não menos do que trezentas folhas, um bocado mal amanhadas. Como que adivinhando que não era tudo Lúdia perguntou:

Lúdia — *É tudo?*

Pedro Verdeal voltou a olhar para dentro da pasta de napa preta já gasta pelo uso e de lá tirou uma bolsa mais pequena, também de napa preta, mas ainda mais gasta pelo uso, correu o fecho, que funcionava, e de lá saíram mais umas quantas folhas A4 dobradas ao meio, dizendo:

Pedro Verdeal — *É papelada demais e depois a gente não os quer queimar.*

Lúdia — *Pois, há que guardar tudo.*

Lúdia inspeccionou pacientemente os papéis separando-os por montinhos, ocupando o vasto espaço da mesa; depois iniciou o preenchimento do formulário identificando o criador e procedendo à actualização do P1 com as culturas semeadas este ano. O P1 é uma ficha identificativa de todas as parcelas da exploração do agricultor, na qual constam entre outras informações o número de matriz, o nome e a área das parcelas. Lúdia perguntava para cada parcela o que é que estava lá semeado, por sua vez Pedro Verdeal respondia, algumas vezes com dificuldade para associar o nome da parcela à própria parcela e também o que lá tinha semeado e/ou plantado. O processo de preenchimento do formulário teve de ser interrompido, pois faltavam as confirmações de algumas candidaturas relativas às culturas arvenses que Pedro Verdeal, supostamente, deveria ter ido levantar à Zona Agrária.

Lúdia jamais manifestou o mais leve descontentamento com as dificuldades que iam surgindo. Pedro Verdeal ia sorrindo de forma tão ingénuo quanto envergonhada, olhando o tecto da sala sempre que se referia a “Eles”, Eles políticos, Eles os da Zona Agrária, Eles...

No final, Pedro Verdeal despediu-se de Lúdia e de mim “avisando-me” de que isto dos papéis era uma complicação; avisando-me a mim que estava ali apreender como é que as coisas do associativismo e do cooperativismo funcionavam no terreno (foi assim que inicialmente foi esclarecida à minha presença). Depois das despedidas e do criador ter saído, Lúdia perguntou-me: *Viu os sacos? Eles têm um medo aos papéis que os guardam como se fossem meninos!*

Episódio 5 - “Tirar as Medidas”

A associação dos criadores de bovinos autóctones tem em curso programa de melhoramento genético da raça que obriga à pesagem dos vitelos à nascença. A pesagem é feita de forma indirecta medindo-se o diâmetro do peito dos vitelos com uma fita métrica de costureiro, estimando-se, posteriormente, o peso respectivo por regressão linear. Numa dessas ocasiões, em que Ruivo, depois de identificar e brincar o vitelo, se aprestava para lhe medir o peito, o proprietário do animal, apanhado de surpresa, exclamou:

Matilde - *Bô... agora também lhe querem fazer um casaco é, ora é?*

Ruivo – *É, é agora para o frio.*

Gargalhadas. A partir daí Ruivo começou a usar esta piada quando precisava de medir os vitelos: *Ora vamos-lhe a fazer um casaquinho que é agora para o frio...*

Episódio 6 - “40 vacas em liberdade 40”

Parque Natural do Montesinho, lugar do Canastro, a 1100 metros de altitude. Puga precisava de ir visitar a exploração do Salvador, criador de “Tcharoleses”, que decidiu experimentar criar 40 vacas autóctones que adquiriu, a bom preço, a uma exploração do Alentejo que faliu.

Puga não conhecia ainda Salvador, estabeleceu como objectivos, para além de identificar e aprovar os animais, ganhar a confiança de Salvador (que com 40 vacas passa a ser dos maiores

criadores da raça) e entusiasmá-lo quanto ao acerto da sua opção. Era importante fazê-lo associado e levá-lo a adoptar uma série de requisitos técnico-productivos (manga de maneio e balança) ajustados à dimensão do seu efectivo. Paralelamente, havia ainda a novidade do sistema de produção adoptado pelo criador ser do tipo extensivo, em que os animais (adultos) andam em liberdade total numa área de muitos quilómetros quadrados, pelas serranias do Montesinho. Salvador também tinha expectativas muito concretas quanto ao encontro, queria “apreciar” a qualidade do serviço prestado pela associação (“Os de Malheiros”) e queria deixar a identificação dos animais resolvida de vez (“tudo legal”). Cedo, no longo dia de trabalho (levar ao tronco, identificar e tratar (nalguns casos) cerca de 40 vacas habituadas à liberdade), se levantou o problema de duas vacas terem chegado do Alentejo sem qualquer brinco de identificação, com a agravante de “sobrarem” nove passaportes de identificação, isto é, não havia possibilidade de fazer corresponder o passaporte às duas vacas. Havia duas possibilidades de resolver o problema, que eram: “escolher” dois passaportes entre os nove sobrantes e atribuí-los às duas vacas (situação mais simples mas irregular); ou, proceder à identificação do animal desde o início do processo burocrático, através do denominado “registo especial” (o que viria ser feito, apesar de ser mais demorado e complexo).

Durante todo o primeiro dia de trabalho os dois interlocutores, por “entre” as tarefas técnicas que iam sendo executadas por si e por mais três elementos, desenvolviam um “protocolo” à parte que tinha como fim fazer com que os objectivos estabelecidos por ambos fossem atendidos pelo outro. Dezenas de vezes pudemos ouvir constantes “lembranças” sobre o assunto, umas mais explícitas do que outras. No dia seguinte Salvador fez-se associado e também nesse dia as duas vacas foram identificadas pela segunda via. Vivia-se um clima de grande satisfação entre todos os intervenientes e estavam reunidas as condições para uma relação profissional de confiança entre o agora associado e o técnico da sua nova associação.

Na viagem de volta do segundo dia, que acabou cedo por sinal, Puga confidenciou-nos que Salvador tinha gostado muito forma como o trabalho tinha decorrido, “Os de Malheiros” tinham merecido a sua aprovação. Aproveitamos a oportunidade para questionar Puga sobre o seu desempenho no dia anterior, não o desempenho das tarefas práticas, mas sobre o tal “protocolo” à parte que ambos tinham levado a cabo. Acrescentámos que tínhamos ouvido a Puga comentários constantes como: *“isto está a correr muito bem...”*; *“as vacas estão mesmos boas de carnes e o pêlo parece azeite...”*; *“tem aqui boas vacas...”*; *“O toiro é que é fracote, se não o tira, daqui a um ou dois anos estraga-lhe a vacada...”*; *“tem de compor a manga de maneio e comprar a balança...”*. Por seu turno, Salvador repetia constantemente: *“Está bem, está bem, mas tem de me identificar as duas vacas”*; *“Então tem de me arranjar um toiro bom que eu vou por ele...”*. Puga ficou admirado com o que lhe dissemos. Anuiu que tinha memória de ter dito, e ouvido, tais coisas, mas diz não ter consciência da insistência e acuidade das mesmas. Anuiu que “ensaíou” a apresentação dos seus objectivos, que reflectiu sobre isso antecipadamente mas que depois o fez de forma inconsciente. Confessou-se surpreendido, relacionou isso com a sua experiência e gosto pelo trabalho de extensionista: *“Já várias pessoas me disseram que eu nasci para isto...”* e deixou o seguinte comentário: *“E eu a pensar que você andava entretido a enxotar as vacas para a manga e afinal estava atento a ouvir tudo. (...) mas era isso que queria não era?”*.

Da vacada do Montesinho fazia parte a *Cova da Lua*, vaca já conhecida de Puga, famosa pela sua agressividade, pois havia mandado o seu antigo proprietário para o hospital – um polícia! (Puga dizia isto como que a realçar o atrevimento do animal). Era uma vaca de elevado valor produtivo e Salvador decidiu adquiri-la apesar do seu comportamento agressivo. A da Cova da Lua entrou para o parque de maneio juntamente com os restantes animais, porém, como se trata de um animal adquirido na aldeia vizinha (com o mesmo nome) encontrava-se perfeitamente identificada e não era necessário proceder a nenhuma intervenção. Sendo assim, a sua presença só complicava as coisas e representava um acréscimo de risco desnecessário e, por isso, desde o início que ficou decidida a sua expulsão para fora do parque, algo que foi sendo adiado, mediante o protesto da mulher do salvador, do vizinho que estava a ajudar e do próprio Puga. Salvador ia dizendo que sim mas ia adiando. À medida que os animais iam sendo identificados e colocados fora do parque de maneio a *Cova da Lua* tornava-se mais agressiva, criando alguns problemas. A determinada altura Puga ordenou (é este o termo) a sua expulsão do parque, o que foi feito de seguida.

4.2.2. Saberes profissionais

Entre os técnicos das ACA encontramos razões para diferenciar os seus saberes profissionais em saberes profissionais explícitos e saberes profissionais implícitos. De seguida procedemos à apresentação de alguns deles ilustrando-as com passagens dos episódios (momentos de reflexividade interactiva entre os técnicos e os agricultores) que observamos e, em muitos casos, tomamos parte.

Saberes profissionais explícitos

Os saberes profissionais explícitos são aqueles que os técnicos das ACA mobilizam para desempenharem as suas funções técnicas, administrativas e de gestão. Estas funções, próprias do seu estatuto, e reconhecidas como tal pelos próprios e pelos outros, corporizam as actividades oficialmente reconhecidas às ACA. Correspondem, essencialmente, à aplicação de conhecimento-informação de natureza científica e tecnológica adquirido por via da formação superior agrária e da formação profissional. A estes conteúdos juntam-se as vivências práticas que “refinam” a intervenção dos técnicos e que são tanto mais importantes quanto maiores são as insuficiências da componente prática do ensino superior agrário em Portugal (principal crítica apontada pelos técnicos à qualidade da sua formação académica). Vejamos três exemplos de natureza distinta.

Saber conceber e elaborar projectos e subsídios

Nestes saberes o técnico mobiliza e manipula conteúdos de conhecimento-informação de natureza: técnica-agronómica, para determinar e adequar os parâmetros técnico-produtivos; económico-financeira, para determinar e adequar os indicadores de viabilidade do investimento; político-institucional, para adequar o projecto aos parâmetros de elegibilidade dos programas de ajuda ao financiamento. Por exemplo, pode sempre aumentar o índice de produtividade de um rebanho de cabras em uma décima ou até duas, desde que se justifique isso muito bem na memória descritiva do projecto (dizia-nos o técnico: "É um jovem agricultor com formação, tem pastagens de muito boa qualidade, irrigada, blá, blá, blá..."). Este saber exige ainda sensibilidade, um cuidado, da parte do técnico para adequar o projecto ao promotor do mesmo, ponderando factores como: a idade, situação familiar, habilitações académicas e profissionais, desempenho empresarial, capacidade financeira e de endividamento. Este cuidado é bem traduzido pela seguinte expressão: "(...) se fizesse o projecto como ele queria estava a pôr-lhe uma corda ao pescoço!".

Para além disso, pelo menos tão importantes quanto a elaboração do documento técnico, a

concepção do projecto pressupõe a realização de outras acções complexas, tais como: avaliação de terrenos e outros recursos, obtenção e organização dos documentos oficiais, acompanhamento da tramitação do processo pelos corredores institucionais até, pelo menos, à decisão de aprovação. É comum o técnico acompanhar estes procedimentos fazendo o necessário (“truques”) para assegurar a fluidez da tramitação burocrática, acção que beneficia do conhecimento do contexto, particularmente das particularidades dos actores individuais e institucionais envolvidos e das relações entre eles.

Saber manusear bovinos adultos

O maneo de animais adultos (bovinos) envolve riscos de vária ordem para pessoas e animais. Verificámos que o técnico, antes de executar as práticas de maneo, tem a preocupação de: observar o animal e as condições circundantes; procurar ao criador o nome do animal e alguma informação sobre o comportamento do mesmo (é normal, quando um animal tem comportamento agressivo, o criador avisar logo o técnico desse facto); interiorizar a informação assim obtida através de um breve momento de recolha do técnico, durante o qual se parece abstrair do meio envolvente ao mesmo tempo que “encadeia” mentalmente os procedimentos que irá executar de seguida. Este procedimento configura o que Blumer (1982: 41) designa de auto-interacção, a partir da qual o indivíduo elabora a sua linha de acção, percebendo o que deseja e o que lhe exigem, fixa metas, avalia as possibilidades que a situação encerra. Desta forma o técnico beneficia do conhecimento do criador (experiência acumulada sobre o comportamento animal e conhecimento específico do comportamento do animal em causa) e como que “justifica” a observação das regras de segurança necessárias à salvaguarda da integridade física dos operadores e à reunião das condições facilitadoras da intervenção técnica. Há mobilização de conhecimento-informação sobre comportamento animal (procedimentos aprendidos pela formação académica e/ou profissional) e há mobilização de conhecimento implícito dos agricultores sobre o comportamento animal em geral e do comportamento do animal que está a ser alvo da intervenção.

Cada técnico tem uma experiência que forma um corpo de conhecimentos sobre o comportamento animal e a importância das regras de segurança, que permite a melhoria progressiva do desempenho profissional (aprender com os erros). São exemplo disso: a forma cautelosa como Puga se aproximava da vaca “Boneca” que se encontrava precariamente presa à parede do estábulo (v. episódio “A Boneca e os Brincos”, designadamente observar a estampa 1), e na forma firme como ordenou a expulsão da vaca

“Cova da Lua” (v. episódio “40 Vacas em Liberdade 40”). Porém, no quotidiano profissional também acontecem situações que levam à alteração de procedimentos e valores: no caso da “Boneca”, Puga acedeu à pretensão de brincar o animal à porta do estábulo em vez do tronco da aldeia, a operação correu mal e, já em privado, Puga confidenciou-me o seu arrependimento, pois, disse, quando as normas de segurança não são correctamente observadas, para além do risco, fica o mau exemplo que se deve evitar sempre. Por fim, deve-se realçar a sensibilidade de Puga às debilidades de Teodoro, um homem bastante idoso, que “atura” sozinho 20 vacas, a quem custa pedir esforços suplementares como seria o de levar o animal ao tronco da aldeia.

Saber classificar animais segundo os padrões da raça

Quando os animais se destinam a reprodutores carecem de ser inscritos no Livro de Adultos do Livro Genealógico (LG) da raça. Esta operação ocorre por volta do ano e meio de idade, sendo submetidos a uma classificação morfológica por contraste com o denominado padrão da raça. A classificação é atribuída “a olho”, subjectiva portanto, o que obriga o classificador a possuir um conhecimento específico para realizar a tarefa da forma mais justa possível. Esta tarefa é da responsabilidade do Secretário Técnico do LG (Médico Veterinário ou Engenheiro Zootécnico, devidamente reconhecido e designado pela Direcção Geral de Veterinária), o qual, porém, em determinadas circunstâncias, pode delegar a tarefa. O que é preciso então para atingir este estatuto que, no caso, é assim uma espécie de “graduação” numa hipotética carreira de técnico superior de uma entidade responsável por um LG?

No caso de Puga, o processo de graduação foi consolidado ao longo de cerca de quatro anos: por via académica (dois estágios curriculares sobre conformação de carcaças de bovinos da raça com que trabalha); e por via da experiência, através de uma relação mestre e discípulo com o próprio Secretário Técnico e através da observação das classificações dadas por júris de concursos pecuários. A parte final do processo de aprendizagem consta da avaliação da performance classificatória do discípulo, em que este dá a sua classificação a qual depois é confrontada (e discutida) com a do mestre. Quando a diferença é menosprezável, o processo completa-se. Puga estima que um indivíduo com formação de base e com sensibilidade pode começar a classificar animais ao fim de meio ano de treino. O restante tempo, sempre que esteja disponível, é dedicado a ganhar confiança e acumular algo que podemos designar como “termos de comparação”. A acumulação destes termos é essencial para aferir “a olho” as características do animal, como por exemplo: é relativamente simples apreciar se a linha

dorso-lombar de um animal é (como deve ser) rectilínea, porém, já é muito mais complicado saber se a distância dos ossos do íliaco é grande, média ou pequena, porque não há medida de comparação directa e é influenciada por outras características do animal. Esta sensibilidade, esta capacidade de “objectivar” o subjectivo, que carece de um prolongado e diversificado período de aprendizagem, é a qualidade essencial do classificador.

Este saber revela uma génese mista, diríamos sinérgica, tal a forma alternada como Puga aprendeu a classificar animais, em parte pela via académica (conhecimento-informação) e em parte pela experiência (conhecimento implícito, maioritariamente). Por outro lado, este exemplo revela também o saber afirmar o estatuto e o papel do técnico (saber que abordaremos mais adiante), dado que a acção exige um certo distanciamento do técnico em relação ao proprietário do animal e às suas opiniões e interesses.

Saberes profissionais implícitos

Por seu turno, os saberes profissionais implícitos facilitam, ou em alguns casos tornam possível, a expressão dos saberes anteriores e o desempenho das funções inerentes. São adquiridos na acção quotidiana, embora a formação superior agrária (conteúdos pedagógicos específicos das disciplinas de extensão rural e de sociologia ou sociologia rural, por exemplo) e a socialização primária em ambiente rural e/ou agrário também possam contribuir. No geral, os técnicos não se referem (discursivamente) a estes saberes como saberes, embora não seja raro ouvirem-se frases como: "É preciso saber falar com os associados; Temos de saber ouvi-los para eles nos ouvirem também; Às vezes temos de saber manter o nosso papel de técnicos". Vejamos alguns exemplos.

Saber comunicar eficazmente

A importância da comunicação eficaz entre os técnicos e os seus interlocutores é uma questão chave da educação de adultos e do desenvolvimento. No caso concreto dos técnicos das ACA, devemos realçar a sua intensidade e seus efeitos multiplicadores.

O elemento mais marcante consiste na velocidade de conversação muito elevada e na grande mistura de assuntos falados em simultâneo, dando a impressão que o tempo urge (e urge de facto) e que a ânsia de falar por parte dos agricultores é enorme. O diálogo é frequentemente entrecruzado por momentos de gracejos e de risos, pairando um ambiente de alegria. O registo oral alinha pelo do agricultor. O técnico usa sempre os significantes locais em uso e, quando recorre a termos técnico-científicos, o que por vezes acontece, não se esquece de os fazer acompanhar dos significantes locais respectivos. Uma mesma ideia pode ser repetida

duas, três, e mais vezes. Este facto, por um lado, parece ajudar a controlar a ansiedade dos agricultores face à estranheza dos sistemas abstractos e, por outro lado, sossega os técnicos sobre a certeza de terem sido bem compreendidos.

A aprendizagem dos vocábulos, das expressões, do ritmo, dos gestos, etc. (significantes locais), assim como o seu exacto contexto e indexalidade (significado), enfim comunicar eficazmente, obriga o técnico a “passar” por uma experiência profissional que estimamos não inferior a dois anos. A socialização primária no mesmo ambiente sociocultural, ou em ambiente análogo, facilita obviamente esta aprendizagem. O contributo da formação académica e/ou formação profissional dar-se-á, se, e quando, desperta a atenção dos técnicos para a importância da comunicação e proporciona aprendizagens relativas ao distanciamento e relativização das culturas (sob a forma de conhecimento-informação). Este contributo é aliás reconhecido quando os técnicos “confessam” que os ensinamentos das disciplinas como a sociologia, a sociologia rural e a extensão rural, se revelam de grande utilidade na prática profissional.

A eficácia comunicacional é um dos princípios orientadores da relação dos técnicos com os actores das ACA e destina-se a assegurar que estes fiquem devidamente esclarecidos e cientes das implicações dos actos e decisões abordadas com os técnicos. A preocupação com a eficácia comunicacional é comum aos vários técnicos que acompanhamos. Talvez isto se deva ao facto de Ruivo e Puga partilharem uma identidade colectiva, dado que são ambos naturais da região em que trabalham e técnicos da mesma organização. Por seu turno, Lídia, embora não sendo natural de TMAD, tem uma experiência profissional superior a quatro anos. Lídia confessou-nos (mas muitos outros técnicos o fizeram durante as entrevistas) que ao início sentia grande dificuldade em entender a linguagem dos agricultores, porém, ao fim de algum tempo, não inferior a dois anos, como se disse, esse problema estava ultrapassado. Isto quer dizer que, no caso daqueles que têm de “aprender” a linguagem local, o fazem de forma gradual.

Os episódios “Cinco Sacos”, “Tirar as Medidas” e “40 Vacas em Liberdade 40” são paradigmáticos da importância da comunicação na relação técnico-agricultor. Esta habilita o técnico a tomar melhores decisões sobre a forma de alcançar objectivos de âmbito técnico-productivo ou de atitude (sentido associativo e cooperativo, interiorização de direitos e deveres, por exemplo) imediatos e de mais longo prazo.

Saber conciliar dois “mundos” distantes

Este saber pode assumir diferentes formas e aplica-se nas mais diversas situações. É um

saber construído com base na habilidade comunicacional e no cuidado com que os técnicos ponderam as capacidades e limitações dos seus interlocutores. Este saber permite aos técnicos ultrapassar (às vezes suportar) as dificuldades e falhas (hesitações, imprecisões, enganos, esquecimentos, etc.) dos agricultores.

Este saber é bem ilustrado pelos episódios “A Latinha de Biscoitos” e “Cinco Sacos”. No primeiro destacamos o contraste da linguagem usada por Lucinda (simples, meiga, compreensível) e a linguagem do documento oficial (imperativa, austera, autoritária). A atitude da Lucinda, assumida a ausência de paternalismos, é capacitadora, a segunda, bem pelo contrário, é descapacitadora. No segundo episódio, Lídia desenvolveu o seu trabalho entre o pós-moderno (a tramitação de assuntos via Internet) e o pré-moderno (os sacos dos documentos de Pedro Verdeal); num mesmo lanço de olhar, pudemos ver o monitor do computador expondo os formulários e os cinco sacos de onde haviam saído os papéis que simbolizavam a singeleza de Verdeal. Repare-se, nomeadamente, como Lídia sancionou positivamente a atitude de Verdeal ("Pois, há que guardar tudo") quando este disse: "É papelada demais e depois a gente não os quer queimar".

Naturalmente, é evidente nestes episódios a importância concedida à componente relacional e de cuidado com as particularidades dos agricultores, facto que permite a “escolha” da forma mais eficaz de lidar com fragilidades afectivas e cognitivas dos mesmos. Relativamente a este saber, não encontramos diferenças entre os técnicos que acompanhámos, o que pode significar que é intrínseca a uma postura pessoal (de cidadão) e profissional já consolidada, a que não deve ser estranho, o próprio processo de socialização primária e o processo de socialização secundária resultante da preparação académica dos técnicos e, claro a amizade e o respeito pelos agricultores.

Saber afirmar o estatuto e o papel social/organizacional do técnico

Este saber consiste na capacidade do técnico fazer valer, num processo negocial interpessoal com os agricultores, o seu estatuto e papel de técnico salvaguardando desta forma os objectivos e compromissos sociais e organizacionais que interpreta.

Este saber é muito evidente no episódio das “40 Vacas em Liberdade 40”, no qual, Puga resistiu até ao fim a identificar as duas vacas sem brinco pela via mais simples, mas ferida de legalidade. Ao não pactuar com ilegalidades, ainda que ligeiras, salvaguarda a sua posição face a eventuais futuras situações de ilegalidade e, desta forma, abre caminho à consecução eficaz dos seus objectivos profissionais e organizacionais, nas palavras do próprio: "(...) assim não poderão dizer que alinhámos com situações de legalidade duvidosa e, além disso,

de hoje para amanhã, se houvesse problema, a responsabilidade vinha sobre mim; tanto mais que o homem estava sempre a dizer que queria tudo legal, se queria, então teve". Em contraste, Ruivo, outro técnico que acompanhamos, mais inexperiente (imagem que produz para si e imagem que os outros produzem dele: "Oh! coitado esse pouco mais sabe do que nós..."), quando confrontado com situações análogas, como, por exemplo, aquando da cobrança de quotas de associados em atraso, em caso de dificuldade, invocava sempre as normas da Associação (e em alguns casos aconselhava as pessoas a tratarem pessoalmente a questão na sede da Associação), o que parecia indiciar uma certa partilha de responsabilidades. Isto leva-nos a pensar que a experiência profissional é indispensável à aquisição deste saber. Isto não invalida que a legitimação que advém da formação académica jogue a favor do técnico e que o mesmo pode beneficiar do conhecimento da forma de pensar, de sentir e de agir dos agricultores que, eventualmente, lhe advém de uma socialização primária "partilhada" com os mesmos.

A forma sábia, equilibrada e consistente como Puga geriu a interacção face a face com Salvador, garantindo a observação das normas, a execução completa de todo o trabalho previsto, levou a que fossem alcançados e os objectivos dos dois interlocutores, isto é, Salvador ficou satisfeito com o trabalho e tornou-se associado, tal como Puga pretendia.

Saber envolver o interlocutor na intervenção técnica

O envolvimento é subsequente às saudações e serve para reavivar ou, se for o primeiro encontro, ajudar a estabelecer a confiança entre os interlocutores. Quando se trata de reencontros é frequente a conversa iniciar-se pela invocação de episódios partilhados em encontros anteriores, por exemplo: "Então, senhor Francisco, não lhe voltou a morrer mais nenhum vitelo como no mês passado?" É nesta fase que, muitas vezes, o técnico ouve os desabafos (devidos a questões político-institucionais, ao infortúnio, à penosidade do trabalho, à doença, à velhice, à solidão, por exemplo) alimentando a conversa, dando conselhos e palavras de alento e/ou incentivo, ao mesmo tempo que executa as tarefas previstas. Neste processo o técnico "aproveita" para fazer o reconhecimento da situação, ponderando factores como: o estado de espírito dos agricultores, a idade e faculdades psicomotoras dos mesmos e as condições (ou condicionantes) técnicas em que irá decorrer a intervenção, condições de segurança e de estabulação, sobretudo (corresponde ao diagnóstico descrito no saber manusear animais adultos). Este saber foi muito visível nos episódios "O Cordeiro" e "A Boneca e os Brincos".

Todos os técnicos que observámos desencadeiam este processo de envolvimento, embora,

como é natural, os mais experientes, e/ou os que são mais da confiança dos agricultores, o façam de forma mais fácil e dele tirem mais proveito. Todavia, também beneficia dos ensinamentos específicos mobilizados a partir da formação académica e/ou profissional.

Saber executar, ouvir e aconselhar em simultâneo

Este saber consiste no facto do técnico ser capaz de executar procedimentos práticos (saberes explícitos, como por exemplo brincar um animal) e, simultaneamente, manter a conversação atenta com os agricultores e ainda aconselhá-los do ponto de vista técnico. Encontrámo-lo de forma mais vincada no episódio “40 Vacas em Liberdade 40”.

A importância da simultaneidade advém do ritmo muito acelerado das visitas dos técnicos às explorações e do volume de trabalho que têm de executar em cada uma. A execução das funções em separado, tal como é feita pelos técnicos menos experientes ou habituados, é mais demorada, obrigando o técnico a ficar mais tempo em cada exploração ou, em alternativa, a dispor de menos tempo para a conversar e/ou aconselhar os agricultores. Uma alternativa e outra acontecem e são ambas indesejáveis do ponto de vista das necessidades dos agricultores e, por consequência, da utilidade das ACA.

Este saber é totalmente inacessível por entrevista e só a detectámos porque tivemos a oportunidade de acompanhar e observar dois técnicos, Puga e Ruivo, que no desempenho de acções similares, evidenciam grandes diferenças relativamente a esta capacidade.

Puga executa, conversa, aconselha, tudo ao mesmo tempo e a grande ritmo. No episódio das “40 Vacas em Liberdade 40”, enquanto ia executando as tarefas, Puga emitia constantes mensagens de incentivo sobre: a boa condição corporal dos animais, que sancionava positivamente a decisão (até aí não tida como certa) de criar aquela raça de vacas em regime extensivo em pastagens tão peculiares (e diferentes das do solar da raça) como as das serranias do Montesinho, aliás o próprio agricultor experimentava também algum alívio e satisfação dizendo que: "O monte cria-as bem", desmentindo a voz corrente (entre os seus pares) de que estes animais não medravam bem na serra; o facto de o trabalho de identificação dos animais estar a correr bem o que, por um lado, permitia pensar que o sistema de produção livre não inviabilizava a execução de práticas de manejo que exigem a contenção dos animais e, por outro lado, demonstrava a eficácia “Dos de Malheiros” e sua disponibilidade para as acções futuras; as mensagens de aconselhamento sobre a necessidade de melhorar a manga de manejo improvisada, da aquisição de uma balança para controlar o crescimento dos vitelos e a substituição do macho reprodutor por outro melhor. Estas mensagens seguiam-se sempre ao tal pedido do criador para identificar as duas vacas

sem brinco e tinham como finalidade clara melhorar os parâmetros técnico-produtivos da exploração, isto é, tinham também uma projecção no futuro.

A simultaneidade potencia a eficácia do trabalho pois, por exemplo, um criador de vacas perceberá melhor a necessidade de instalar uma manga de manejo para a condução dos animais no momento em que ela está a fazer falta (leia-se quando tem de correr atrás, ou às vezes à frente, das vacas). Por outro lado a simultaneidade revela que os procedimentos (as palavras, os gestos técnicos, a postura do corpo, etc.) e a sequência de procedimentos estão altamente interiorizados. Este saber parece configurar um caso de acção prática sem consciência, regulada pelo *habitus*, e que é a forma implícita e menos formalizada dos *saberes prático-contextuais* (2003a:19), inspirado no modelo de desenvolvimento/aprendizagem do conhecimento de Sun (2002).

Todavia, a prática sem consciência não significa que não haja reflexão anterior e/ou posterior à acção. Poder-se-á perguntar, quanto anteriormente e quanto posteriormente à acção tem lugar a reflexão? Há uma passagem deste episódio que nos dá pistas sobre esta questão. De facto, no início do primeiro dia, o agricultor fez saber a Puga de que queria identificar as duas vacas que ainda não estavam identificadas para, segundo as suas palavras, ter tudo legal para a candidatura ao subsídio das raças autóctones. Puga jamais perdeu o sentido daquelas palavras e optou pela via de identificação mais complexa mas legal porque, justificou: "Ele [agricultor] queria tudo legal... Pois, se queria teve, não podia dar maus exemplos". Mais, dado que nos dias anteriores, em reunião da Associação (à qual assistimos), em face de irregularidade verificadas, tinha sido lembrado aos técnicos a necessidade de respeitar escrupulosamente as rotinas de trabalho regulamentadas, perguntamos a Puga se isso tinha pesado na sua decisão. Puga pensou durante algum tempo, parecendo relembrar o processo de tomada de decisão, e deixou escapar um enigmático: "É capaz de ter pesado sim, mas não pensei nisso na altura".

Isto tudo leva-nos a levantar a hipótese de que o ouvir do saber "executar, ouvir e aconselhar simultaneamente" não se trata apenas de ouvir as pretensões, solicitações e "desabafos" do criador, mas também da incorporação dessas "mensagens" na atitude e comportamento profissional a tomar. Isto pode querer dizer que a prática sem consciência, o *habitus* ou a ritualidade, pode ser entrecortada a qualquer momento, e/ou, que essa prática sem consciência inclui a capacidade de estar atento a mensagens que podem ser relevantes para a acção (conceito de consciência prática em Giddens, 1989).

Por seu turno, em contraste, Ruivo, menos experiente, menos conhecido dos agricultores (e

talvez também por isso mais reservado), concentra-se nos procedimentos práticos que executa, alienando-se, aparentemente, do que os seus interlocutores dizem. Nos “intervalos” dos procedimentos práticos, ou então antes ou depois do trabalho realizado, conversa e/ou aconselha. É a diferença entre um profissional experimentado, um oficial do seu ofício e um aprendiz do mesmo.

4.3. Uso (mobilização e recontextualização) do conhecimento

Os saberes descritos resultam da articulação dos sentidos de uso do conhecimento: técnico-estratégico, interpretativo-justificativo e contextual (Quadro 4.1).

Quadro 4.1. Saberes profissionais e respectivos sentidos do uso do conhecimento

Saberes profissionais	Sentidos do uso do conhecimento			
	técnico-estratégico	interpretativo-justificativo	contextual-relacional	contextual-prudencial
Saberes profissionais explícitos:				
Conceber e elaborar projectos de investimento e subsídios.	X			X
Manusear em condições de segurança bovinos adultos.	X	X		X
Classificar animais segundo os padrões da raça.	X	X		
Saberes profissionais implícitos:				
Comunicar de forma eficaz com os agricultores.	X		X	X
Conciliar dois “mundos” distantes, sistemas abstractos <i>versus</i> agricultor.	X		X	X
Afirmar o estatuto e papel social e papel organizacional de técnico.	X	X	X	X
Envolver o interlocutor na intervenção técnica.	X		X	X
Executar, ouvir e aconselhar, em simultâneo.	X	X	X	X

Como comentário geral, mesmo considerando que mantivemos uma certa parcimónia, pudemos identificar os diferentes tipos de sentido do uso do conhecimento em muitos dos saberes descritos. Aprofundemos a reflexão analisando individualmente os sentidos referidos e ilustrando-os, contudo, sem preocupações de exaustividade.

Relativamente ao sentido técnico-estratégico, é notável a presença deste sentido do uso do conhecimento em todos os saberes (explícitos e implícitos) exibidos pelos técnicos das ACA. Admitimos que este facto possa estar relacionado com dois fenómenos de natureza distinta. Por um lado, dada a proximidade (familiar e geográfica) da maioria dos técnicos das ACA à actividade agrária (v. Pereira, 2004). Por outro lado, porque, tal como dissemos de início, embora seja verdade que este sentido do uso do conhecimento se baseia em larga

medida no conhecimento-informação, também beneficia do conhecimento implícito, mobilizado quer pelos técnicos, quer pelos agricultores. Por exemplo, no caso do saber manusear em segurança bovinos e no saber envolver o interlocutor na intervenção técnica (Episódios: “O Cordeiro e o Ruela” e “A Boneca e os Brincos”) Puga evitou danos físicos, mais ou menos sérios, porque se soube precaver das reacções dos animais, aproximando-se destes de forma cautelosa, atenta e de lado (fora do campo de visão dos animais) como aprendeu durante a sua formação académica e experiência prática de muitos anos, como aliás o próprio reconheceu.

Passando ao sentido interpretativo-justificativo a sua menor expressão nos saberes observados aos técnicos das ACA, deve-se, pensamos, ao facto de não serem habitualmente invocados, pelo menos de forma explícita, na interacção dos técnicos com os actores individuais e institucionais das ACA. Todavia, relacionado com o saber classificar animais segundo os padrões da raça, encontramos um exemplo paradigmático de sentido interpretativo-justificativo, corporizado na forma como um técnico, a partir de um modelo do INRA (Institut National de la Recherche Agronomique – França), desenvolveu um novo modelo de classificação morfológica de bovinos mais completo e adequado à classificação dos bovinos da raça com que trabalha, do que o modelo oficial previsto para o efeito (v. Pereira, 2004).

Este, e outros exemplos, significam que o sentido interpretativo-justificativo surge com alguma facilidade em contextos de interacção reflexiva com o investigador, em situações de formação académica e/ou profissional e em momentos de discussão com os pares, quer em encontros formais quer em encontros informais (por exemplo às refeições). Isso é muito visível na forma como os técnicos das ACA interpretam e racionalizam as principais situações-problema que enfrentam no seu quotidiano profissional e nas consequentes reconceptualizações a que procedem (v. Pereira, 2004).

Finalmente, no que concerne ao sentido contextual, tínhamos, lembre-se, o compromisso de o tentar definir e encontrar evidências empíricas da sua existência entre os técnicos das ACA. Quanto à sua definição diríamos que ele consiste no grau de consciência e tomada em consideração das circunstâncias das situações concretas das acções (ou interacções) profissionais. Como fomos deixando transparecer, os saberes profissionais descritos reflectem uma dimensão comunicacional ou relacional, que podemos denominar de sentido contextual-relacional e uma dimensão de consideração, de cuidado, com as particularidades técnico-productivas, socioeconómicas e afectivas dos interlocutores (agricultores, sobretudo)

que podemos designar de sentido contextual-prudencial.

O sentido contextual-relacional deriva do trabalho técnico intelectual dos técnicos das ACA se basear na interacção pessoal intensa entre o técnico e os actores individuais (agricultores, sobretudo) e institucionais. Por isso, este sentido tem algo de técnico, dado que a formação académica e profissional do técnico ajuda a melhorar a comunicabilidade e o sentido de relativização das culturas. E, também, tem algo de estratégico, porque o técnico sabe que a mudança de atitude dos agricultores em aspectos chave da actividade das ACA (como por exemplo, a participação empenhada na vida associativa e a adopção de práticas técnico-produtivas) depende, em larga medida, da correcta e profunda compreensão dos fenómenos que enquadram a sua actividade agrária, alguns dos quais fazendo uso de linguagens e conceitos abstractos, portanto estranhos a esses agricultores.

O sentido contextual-prudencial advém da consciencialização e assunção por parte dos técnicos de que os agricultores têm particularidades técnico-produtivas, socioeconómicas, e afectivas muito diferentes. Isto obriga a opções técnico-produtivas (decisões técnicas) cujos critérios ultrapassam a racionalidade técnica e económica, incorporando também racionalidades de âmbito socioeconómico e afectivo. Emanam de uma “leitura” cuidada do contexto e de uma racionalidade de atendimento e de acção, sustentada numa relação de confiança-fé. Visa, por um lado, assegurar que o agricultor não incorra em falhas que lhe possam causar prejuízos (falhar prazos, dar dados errados, etc.) e, por outro, muito lentamente, ir fazendo com que interiorizem o contexto político-institucional e de mercado que enquadra a sua actividade e se consciencialize dos seus direitos e deveres. Cuida-se do agricultor como um ser humano em todas as suas dimensões e não apenas das questões técnico-produtivas. Em termos substanciais, o sentido contextual emana em larga medida do conhecimento implícito, tal como anteriormente definido e, muito particularmente, do saber “endógeno” (ou “local”) dos agricultores e do saber organizacional relativo à dinâmica das ACA.

Naturalmente estas duas dimensões do sentido contextual, a relacional e a prudencial, encontram-se intimamente ligadas, e podem até ser facilmente confundidas, no entanto, são diferentes na sua substância e nos seus efeitos. Um exemplo para melhor compreensão, extraído do episódio “A Boneca e os Brincos”. Teodoro é um homem idoso, com a esposa doente, que trata das suas vinte vacas sozinho, factos que são reconhecidos e considerados por Puga (sentido contextual-prudencial). Por isso, quando fala com Teodoro, Puga fá-lo de uma forma “doce”, calma e calmante, em jeito de conselho amigo, sincero, apelando,

habilmente, ao orgulho profissional de agricultor, dizendo que o melhor era ele se desfazer de algumas vacas, de modo a que pudesse trazê-las mais bem tratadas (“mimosas”, é o termo), merecendo desta forma a admiração dos seus pares em vez das críticas e da troça (contextual-relacional).

Por último, realce para o facto de ambas as dimensões do sentido contextual se encontrarem sempre presentes nos saberes profissionais implícitos. Interpretamos este facto como uma expressão eloquente da importância da posse destes saberes para a consecução eficaz das actividades das ACA, sobretudo das que decorrem em interacção pessoal entre técnicos e agricultores. Adiante veremos que é exactamente nisto que reside uma das chaves do sucesso desta forma de apoiar o agricultor.

Em face do exposto, concebemos o esquema seguinte de uso do conhecimento pelos técnicos das ACA (Figura 4.1).

Como sugere o esquema, da articulação dos diversos sentidos do trabalho técnico-intelectual resulta o conhecimento-saber ou os saberes profissionais dos técnicos superiores das ACA. As setas em ambos os sentidos sugerem o efeito de feedback e a forma circular sugere a dinâmica do processo.

O conhecimento-saber expressa um sentido prático da acção, uma aquisição e exibição de rotinas de trabalho e de rituais. Deriva, em larga medida, da “refinação” do sentido técnico-estratégico pela prática continuada (experiência profissional). É “enformado” pelo sentido contextual-relacional e contextual-prudencial e, ainda, pelo sentido interpretativo-justificativo. Este, quando não é simultâneo à acção, tem lugar na reflexão antes e/ou após a acção, como tivemos a oportunidade de explicar. O conhecimento-saber, na prática, corporiza-se nos saberes profissionais, implícitos e explícitos, que descrevemos anteriormente.

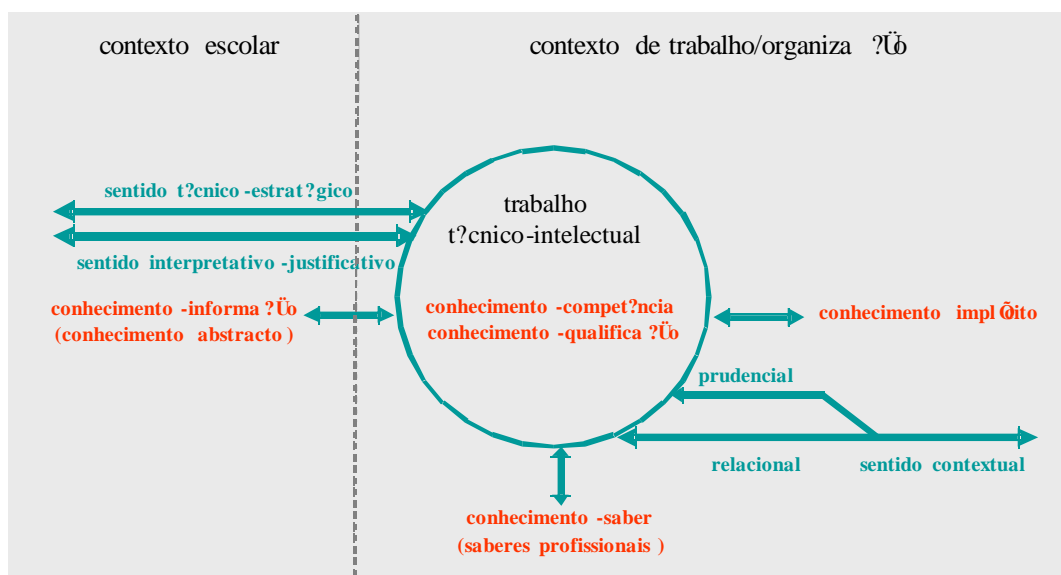


Figura 4.1 – Uso do conhecimento pelos técnicos das ACA

Mas o que é em termos mais concretos a recontextualização do conhecimento? A recontextualização do conhecimento abstracto e implícito tem lugar na interacção entre os técnicos e os actores das ACA (agricultores, sobretudo). Nesta interacção ambos os interlocutores mobilizam e partilham conhecimentos próprios, como transparece de alguns episódios referidos. A interacção é, na verdade, um momento de partilha de conhecimento em que os interlocutores estabelecem entre si uma relação de saber. A interacção é, por outro lado, um momento de produção de conhecimento-saber (definida em acordo com Charlot, 2000), que beneficia de algumas das qualidades próprias do conhecimento abstracto e outras próprias do conhecimento implícito, mas cuja principal qualidade é a de ser útil e adequado às circunstâncias do contexto de interacção.

A recontextualização do conhecimento abstracto e do conhecimento implícito resulta na transformação de conhecimento disciplinar em interdisciplinar (ponderação dos coeficientes técnico-produtivos dos projectos de investimento, por exemplo), na ponderação de racionalidades e valores (não dar exemplos de ilegalidades, por exemplo), na adopção de uma simbologia e linguagem próprias (usar a ideia de fazer um casaquinho para justificar a medição do peito dos vitelos, por exemplo), na representação de diferentes papéis sociais que extravasam a intervenção técnica (conselho que o Puga deu a Teodoro no sentido da diminuição do número de vacas, por exemplo). A recontextualização é motivada, entre outras razões, pela distância abissal entre o mundo do trabalho dos agricultores e o mundo político-institucional e técnico-científico em que as políticas agrárias são definidas. A intermediação entre estes dois mundos que possibilita a gradual adaptação dos agricultores às condicionantes de natureza político-institucional, técnico-científica, e/ou de mercado, é, em grande medida, proporcionada pelos técnicos das ACA. Estes, na concepção de Giddens (1992), constituem pontos de acesso dos leigos aos sistemas abstractos. Por fim, a recontextualização traduz-se em saberes profissionais que têm uma expressão cognitiva, técnica e sócio-afectiva, que revela um sentido crítico sobre o uso dos recursos intelectuais e as condições de aplicação dos mesmos que facilita a emancipação dos actores das ACA. Podemos designar o conhecimento-saber dos técnicos das ACA, ou os seus saberes

profissionais, como conhecimento pericial. Porém, salvaguardando, que ao contrário do que é usual reconhecer-se ao conhecimento pericial (predomínio do sentido técnico-estratégico), neste tipo de conhecimento pericial o sentido contextual-relacional e contextual-prudencial são igualmente importantes. Por isso, este conhecimento pericial também pode ser denominado de conhecimento emancipatório, porque ajuda a promover as capacidades técnicas, intelectuais e sócio-afectivas e associativas/cooperativas dos agricultores das ACA.

4.4. O uso do conhecimento no desenvolvimento agrário de TMAD

Resta, por fim, reflectir sobre o contributo do uso do conhecimento pelos técnicos das ACA para o desenvolvimento agrário de TMAD. Tendo como referência a síntese realizada por Cristóvão (1994) sobre os sistemas e modelos de extensão rural, podemos situar o sistema que estudámos nas abordagens de Investigação & Desenvolvimento de Sistema Agrários, uma vez que: encara o agricultor (utente) como uma pessoa activa e participativa; coloca a ênfase no local e na interdisciplinaridade; demonstra responsabilidade social; e, por fim, repudia a acção do técnico como um momento de transmissão de conhecimento-informação do mais instruído (o técnico) para o menos instruído (o agricultor), como preconizam os modelos convencionais de educação e de extensão.

Assim, podemos considerar que estamos em presença de um sistema de produção e partilha de conhecimento e informação agrária (AKIS - Agricultural Knowledge and Information System, na sua designação anglo-saxónica) definido como: um conjunto das pessoas, redes e instituições e as suas interfaces e ligações, envolvidas na utilização sinérgica do conhecimento e informação (mobilização, transformação, integração, difusão e armazenamento) visando incrementar a sua aplicabilidade a um domínio específico da actividade humana (Roling, 1988; citado por Engel e Roling, 1991: 10); esse domínio, neste caso, é o desenvolvimento agrário de uma determinada região.

O conhecimento e a informação que fluí entre os diferentes actores do sistema têm três naturezas distintas: legal-burocrática, técnico-produtiva e social. Os dois primeiros, legal-burocrático e técnico-produtivo, são o resultado do complexo quadro legal que regula a actividade agrária dos países da UE: normas de produção, sistema de ajudas, obrigações ambientais e sanitárias, sistema fiscal, e ainda ajudas ao investimento para modernização dos sistemas de produção e qualificação dos agricultores. O fluxo de conhecimento e de informação de natureza social deve-se a que as necessidades de muitos agricultores de TMAD ultrapassam a natureza técnica-produtiva e legal-burocrática. Muitos são idosos,

iletrados, descrentes nas suas capacidades e subjugados a políticas que desconhecem de todo e, por isso, receiam. Um técnico é um amigo e é apenas quando atinge este grau de cumplicidade que encontra as condições necessárias para trabalhar com este tipo de pessoas de forma eficaz. Por isso, jamais se pode furtar a dar um conselho, a partilhar a responsabilidade de uma decisão, a ouvir um desabafo ou receio, a solidarizar-se no infortúnio, a participar nas festas e nas alegrias (activação do sentido contextual-relacional e do sentido contextual-prudencial). É por esta razão que os agricultores confiam mais nos técnicos (nas pessoas) de que nas instituições. Mais uma vez, estamos perante um problema há muito identificado pelas abordagens da extensão rural mais atentas às questões do desenvolvimento humano.

Os factores críticos de sucesso do sistema que estudámos são (Cristóvão e Pereira, 2003): (1) o elevado sentido técnico-estratégico e sentido contextual conferem pertinência à intervenção quotidiana dos técnicos. Há uma evidente proximidade entre técnico e agricultor; (2) o suporte financeiro dos programas europeus de financiamento da agricultura, canalizados, directa ou indirectamente, para as ACA, tais como o apoio à criação e desenvolvimento de ACA, incluindo a aquisição de recursos humanos, equipamentos e materiais, subvenções à produção, financiamento de programas de formação profissional, financiamentos às explorações; e (3) a contribuição das instituições públicas de ensino superior agrário (Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro e Escola Superior Agrária de Bragança), como as principais fontes de conhecimento abstracto, proporcionando formação inicial, formação profissional, programas de investigação e de desenvolvimento. Deste modo, julgamos poder dizer que TMAD tem um sistema de produção e partilha de conhecimento e informação ao agricultor, um sistema de extensão rural (se assim quisermos chamar), mais eficaz do que já alguma vez teve anteriormente. Este sistema vai acompanhando a actividade dos agricultores, libertando-os dos fardos pesados da burocracia, partilhando com eles o processo de produção de conhecimento indispensável ao evoluir dos sistemas de produção agrária (designadamente o escoamento da produção de muitos agricultores que de outra forma estariam excluídos de qualquer lugar no mercado, assim como a luta pela preservação e valorização da qualidade dos produtos da agricultura) e assistindo-os no seu processo de desenvolvimento humano.

Todavia há uma reserva importante a fazer, sobretudo na perspectiva, plausível, de que a evolução natural da actividade agrária exigirá sempre mais e mais dos seus actores. Tendo por referência as qualidades dos sistemas, verificámos que o fluxo de conhecimento e

informação no sistema não decorre pela acção sinérgica de todos os actores que o constituem, mas sim pela acção isolada dos técnicos das ACA. São estes que “criam” as necessidades de procura e de oferta de conhecimento e informação. Era importante que os agricultores elevassem o seu grau de envolvimento e de exigência, assim como era importante que os actores institucionais se esforçassem por compreender melhor as vicissitudes da aplicação prática das políticas que financiam e fiscalizam, colocando a ênfase nos resultados (o desenvolvimento agrário e a melhoria das condições de vida dos agricultores) e não no processo administrativo (o cumprimento estrito, por vezes cego, dos ditames burocráticos). Por este motivo, tal como sugere Norbert Elias (citado por Corcuff, 2001), talvez seja mais adequado falar em configuração, ou figuração, do que em sistema, dada a fragilidade dos objectivos e estratégias comuns entre os actores. Assim, talvez fosse mais correcto falar em configuração de produção e partilha de conhecimento e informação agrária em TMAD.